

Orientações para a realização da I Conferência dos Adolescentes da Rede ICM de Assistência Social

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| O TRABALHO SOCIAL REALIZADO PELA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA: | 3 |
| CAPÍTULO I..... | 4 |
| 1. DA REALIZAÇÃO, DOS OBJETIVOS E DO TEMA..... | 4 |
| 1.1 Apresentação | 4 |
| 1.2 Objetivos..... | 5 |
| 1.2.1 Geral: | 5 |
| 1.2.2 Específicos:..... | 5 |
| 1.3 Tema/Eixos..... | 6 |
| 1.3.1 Tema: Políticas Públicas..... | 6 |
| 1.3.2 Eixos:..... | 8 |
| 1.3.2.1 Defesa da Vida: Direitos Humanos, Meio Ambiente, Sustentabilidade ... | 9 |
| 1.3.2.2 Protagonismo e Participação..... | 11 |
| 1.3.2.3 Acesso, Defesa e Garantia de Direitos..... | 13 |
| 1.3.2.4 Projeto de Bárbara Maix - Valores Humanos | 15 |
| CAPITULO II | 18 |
| 2. DOS PARTICIPANTES: | 18 |
| 2.1 Nas Unidades Socioassistenciais: | 18 |
| 2.2 Na Conferência de Adolescentes da Rede ICM de Assistência Social: | 18 |
| CAPITULO III..... | 19 |
| AÇÕES PREPARATÓRIAS, FORMATO E METODOLOGIA..... | 19 |
| CAPÍTULO IV | 20 |
| DISPOSIÇÕES GERAIS | 20 |
| REFERÊNCIAS:..... | 21 |
| ANEXO I – CRONOGRAMA..... | 222 |



O TRABALHO SOCIAL REALIZADO PELA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA:

O percurso histórico do trabalho social desenvolvido pela Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, ao longo de 170 anos de existência remete ao compromisso original de sua Fundadora Bárbara Maix, em acolher e proteger as crianças e adolescentes (Meninas órfãs e desvalidas), sempre os mais vulneráveis e empobrecidos.

Através de seu pioneirismo, “marca registrada”, pela atuação qualificada e engajada nos diversos contextos culturais, sociais, políticos e econômicos, fez com que o trabalho social realizado estivesse sempre a frente de seu tempo e atrelado à promoção e defesa da vida.

O trabalho social desenvolvido ao longo dos anos passou por várias adequações frente às mudanças travadas em decorrência das diversas ordens societárias de cada época.

Dessa forma é que surge a Sociedade Educação e Caridade – SEC, em 06 de janeiro de 1911.

O maior desafio consistiu na ruptura do paradigma da Caridade para o Direito, que foi assumido com muita competência e responsabilidade, trazendo cotidianamente reflexões sobre as possibilidades de construção de um novo Projeto Societário guiado pela justiça social e cultura de paz.

O processo histórico de consolidação das políticas sociais públicas como a forma de acesso e garantia de direitos sociais, delimitou não só o marco legal, mas também instrumentos técnicos operativos para organizar e desenvolver o trabalho social no Brasil, tanto pelo Estado, quanto pelas Organizações não governamentais.

Em continuidade ao legado de Bárbara Maix, aberta e atenta aos sinais dos tempos, optou-se por uma prática libertadora e social, de assistência e promoção, pautada por valores humanos e cristãos, com uma pedagogia processual de inclusão, respeito, diálogo, valorização integral da pessoa humana, com justiça social e direito.



A Rede ICM de Assistência Social assume o Serviço Socioassistencial com a missão de promover e defender a vida de crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, contribuindo para a garantia de direitos e formação de pessoas conscientes e solidárias.

CAPÍTULO I

1. DA REALIZAÇÃO, DOS OBJETIVOS E DO TEMA

1.1 Apresentação

A realização da I Conferência dos Adolescentes da Rede ICM é um desejo antigo e vem sendo idealizada há bastante tempo, mas desde o Encontro de jovens das Obras Sociais ICM e das Obras de terceiros, em 2016, no Centro Vida, em Porto Alegre/RS, se tornou uma proposta concreta, fruto da avaliação junto aos participantes da formação.

Assumida pela Coordenação da área de Assistência Social, a proposta foi levada ao Comitê de Assistência Social que deliberou por realizar a Conferência, em julho de 2020.

Desta forma, este documento pretende apresentar as principais informações, referentes a I Conferência dos Adolescentes da Rede ICM de Assistência Social.

Participar de uma Conferência, seja qual for o âmbito de sua abrangência, é sempre motivo de grande expectativa e uma oportunidade ímpar de crescimento pessoal, profissional e principalmente do aprimoramento da oferta do serviço socioassistencial, bem como da Política de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e da missão da Rede ICM de Assistência Social.

Sendo assim, ao participar desta caminhada rumo a 1ª Conferência dos Adolescentes da Rede ICM de Assistência Social, que é responsável por organizar este momento único, se deseja fortalecer a convivência e a paixão pela



causa que visa defender, proteger e promover a vida em todas as suas esferas, quer seja, sociais, políticas, econômicas garantindo o direito e a participação cidadã de cada pessoa. Para isso, conta-se com a parceria das Unidades Socioassistenciais para a construção dessa atividade.

Assim, para que a 1ª Conferência possa acontecer de maneira organizada e efetiva, algumas providências devem ser adotadas pelas equipes de trabalho em cada uma das Unidades Socioassistenciais.

As orientações a seguir têm por objetivo auxiliar nesta importante tarefa que é participar da 1ª Conferência e apresentar material com informações básicas sobre sua estrutura, dinâmicas e funcionamento a ser repassados e discutidos junto aos trabalhadores, adolescentes e demais participantes, visando garantir um nivelamento de informações.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral:

Promover o conhecimento e entendimento sobre a função das Políticas Públicas, Políticas Sociais e Protagonismo, visando à Proteção da Vida e Dignidade Humana.

1.2.2 Específicos:

Conhecer a visão de mundo (Concepções) dos adolescentes sobre o que é Estado, Política Pública e Social;

Incluir os adolescentes no debate político sobre o funcionamento das Políticas Públicas e Sociais no país, na garantia e acesso de seus direitos;

Despertar o interesse dos adolescentes na participação social e discussão de suas realidades buscando estimular seu protagonismo;

Mobilizar todas as Unidades Socioassistenciais para a efetiva participação social dos adolescentes e todos os envolvidos;

Ampliar a visão de mundo dos adolescentes para que fortaleça a construção dos seus Projetos de Vida;

Fortalecer a integração entre todos os participantes no planejamento, execução, monitoramento e avaliação da pré-conferência em cada Unidade.

1.3 Tema/Eixos

1.3.1 Tema: Políticas Públicas

O tema foi escolhido em vista da Campanha da Fraternidade do ano de 2019. **Fraternidade e Políticas Públicas** - inspirada pelo versículo bíblico: **“Serás libertado pelo direito e pela justiça” (Is 1, 27).**

Também por ser um assunto muito relevante nos dias atuais, é uma grande oportunidade para se traduzir *a maneira pela qual as Políticas Públicas atingem a vida cotidiana das pessoas e o que pode ser feito para qualificá-las e as possibilidades de se aprimorar sua fiscalização.*

Como o trabalho realizado pela Rede ICM de Assistência Social se remete às Políticas Públicas de Assistência Social, voltada para a Proteção Social de Crianças e Adolescentes, viu-se uma excelente oportunidade de trabalhar com os adolescentes e equipes de trabalho das Unidades esse tema, considerando também, que no ano de 2018 foram realizadas as pré-conferências e as conferências municipais dos direitos da criança e do adolescente, nas quais houve participação de representantes das Unidades. E vislumbrando que em 2019 ocorrerão as Conferências Estaduais e a Nacional.

Ressalta-se a importância de se criar, no espaço interno, a mesma dinâmica de mobilização que ocorre no ambiente externo, quando o envolvimento e a adesão de todos é que concretiza a verdadeira participação social e o protagonismo.

A Sociedade participa diretamente na elaboração e implementação de Políticas Públicas que está garantida na Constituição Federal de 1988 e prevê a participação popular em conselhos deliberativos que estão divididos em quatro áreas: criança e adolescente; saúde; assistência social e educação. “(...) Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...)”

A Constituição de 1988 trouxe o reconhecimento claro da cidadania de crianças e adolescentes, fazendo incorporar, para além da lei, um novo sentido ético de inspiração nos direitos humanos. É o que chamamos de doutrina da proteção integral.



Logo em seguida, em 1990, impulsionado pelas mesmas lutas que levaram ao início da redemocratização do país e da nova Constituição e a construção e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que criou um conjunto de ferramentas indispensáveis para a consolidação desta nova cidadania infanto-juvenil.

Consolida-se então, no início da década de noventa, no Brasil, no campo dos direitos das crianças e dos adolescentes, uma nova ordem política e constitucional em que o Estado democrático de direito se fundará na participação social, para efetivação de direitos fundamentais infanto-juvenis.

Apesar dos avanços identificados, a trajetória brasileira revela que a implantação de Políticas Públicas ocorre de forma fragmentada e desarticulada, implicando em custos elevados e resultados que não refletem os objetivos desejados.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/2015), temos uma população estimada de 204,9 milhões de pessoas, das quais 21% são menores de 14 anos. Destes, 35,6% ainda residiam em domicílios cujo rendimento mensal per capita é de até ¼ do salário mínimo, ou seja, considerados extremamente pobres.

Outro dado preocupante, apontado pela PNAD/2015, é que o Brasil tem 2,8 milhões de pessoas de 4 a 17 anos fora da escola. Tal exclusão escolar está concentrada na população de pobres, negros, indígenas, quilombolas, uma parcela tem algum tipo de deficiência, e significativa parte vive nas periferias dos grandes centros urbanos, no Semiárido, na Amazônia e na zona rural. Nesse cenário, são incluídas também as crianças e os adolescentes em situação de rua.

Por outro lado, os esforços do Brasil, no sentido de garantir o acesso das crianças e dos adolescentes à educação contribuíram para um aumento de 4,7% na taxa de atendimento na escola desde 2005, chegando a 94,2% em 2015. O índice, no entanto, foi insuficiente para alcançar a universalização determinada constitucionalmente para ser atingida até 2016.

Segundo o Censo Escolar/MEC 2016, o atendimento escolar a crianças de até 3 anos de idade foi de 25%. Já na faixa etária adequada à pré-escola (4 e 5 anos), o atendimento escolar foi de 84,3%. As matrículas em tempo integral do ensino fundamental caíram 46%, em 2016. O percentual de alunos em tempo integral passou de 16,7%, em 2015, para 9,1%, em 2016.



Na perspectiva de atender ao direito à educação, por meio da Lei 13.005/2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) como epicentro das políticas educativas. O documento estabeleceu as seguintes metas: Meta 1 – Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE; Meta 2 – Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE; e Meta 3 – Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

Nesse contexto, temos muitos desafios a serem enfrentados. Além da necessidade de garantir a universalização do direito à educação, há de se buscar solução para os problemas enfrentados no ambiente escolar que propiciam a evasão e/ou baixa aprendizagem do aluno. Podemos destacar, por exemplo, as situações de bullying; a falta de acessibilidade nas unidades escolares para atendimento a crianças e adolescentes com deficiência, bem como a pouca qualificação dos profissionais da educação para atender a esse público; o preconceito e a discriminação contra os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, adolescentes LGBT e de grupos populacionais tradicionais específicos.

São várias as questões que atingem e ferem os direitos de crianças e de adolescentes, para além das questões na área de educação, existem as relacionadas à saúde, mundo do trabalho, violências, entre tanta outras que dificultam o acesso a Vida Digna e um futuro próspero.

Com esses destaques espera-se que haja problematização das questões sociais que impedem o desenvolvimento de projetos de vida de crianças e adolescentes, promovendo reflexões e proposições de alternativas que visem à construção de uma nova era democrática que exigirá de cada um a consciência de, conscientemente, participar dos processos de cidadanias.

1.3.2 Eixos:

Os eixos são direcionamentos e informações para conduzir as reflexões e debates sobre a realidade atual e possibilitar a construção de propostas para o

Sociedade Educação e Caridade – SEC – Detentora do CEBAS

Irmãs do Imaculado Coração de Maria

Rua André Puento, 460 – Independência – 90035-150 – Porto Alegre – RS

www.redeicm.org.br



processo de planejamento do serviço ofertado, bem como da incidência política realizada, pela Rede ICM de Assistência Social junto ao Controle Social do qual participa.

Também significa propor um exercício de mobilização, articulação, fortalecimento e integração entre todos os participantes envolvidos, igualmente como ocorre externamente nas conferências, nas esferas municipal, estadual e nacional.

Os eixos remetem aos parâmetros e ao olhar sobre as formas como deve ocorrer o enfrentamento das atuais situações de ameaças e/ou violações de direitos de crianças e adolescentes e de suas famílias.

1.3.2.1 Defesa da Vida: Direitos Humanos, Meio Ambiente, Sustentabilidade

Ementa: O direito à vida é o principal direito que existe e o primeiro a ser protegido. A Constituição Brasileira de 1988 assegura a vida como princípio fundamental e um dos fundamentos do Estado é justamente a dignidade da pessoa humana. A vida é inviolável e todos são iguais perante a lei. O ser humano deve ser visto em suas dimensões de pessoa, cidadão, trabalhador e administrador, tendo sempre em mente que a primeira função dos chamados direitos fundamentais é a de defesa da pessoa humana e da sua dignidade.

Cada pessoa tem seu próprio valor individual e este deve ser respeitado. Ao falar no cuidado e defesa da vida não podemos esquecer o cuidado e respeito que devemos ter também com a natureza, isto é, a casa comum. A sociedade e o ambiente não são realidades descoladas, mas intimamente entrelaçadas numa rede de vida e criação. O ser humano está envolvido na textura do mundo e não apenas para ocupar o mundo, mas para habitá-lo com respeito e cuidado. Tudo vem brindado com o toque da vida e precisamos de toda a natureza para viver. Portanto, defender a vida significa cuidar de tudo o que nos faz viver com mais dignidade. O espaço da criação é um espaço de movimento: tudo vem marcado pela fragrância da vida, deixando trilhas abertas e interativas. O meio ambiente sinaliza o mundo pelo qual vivemos e não um mundo para o qual simplesmente olhamos. Por isso, para defender a vida humana, faz-se necessário defender a vida de todo o planeta, para que todas as pessoas tenham sua vida garantida.



O cuidado autêntico da vida e da relação com a natureza é inseparável da fraternidade, da justiça e da fidelidade aos outros. O ser humano deve fazer uso responsável das coisas para que todos possam usufruir dos bens que são destinados a todos.

Bárbara Maix, Fundadora da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, desde muito jovem compreendeu o quão importante é cuidar da vida. Para ela tudo adquiria um sentido profundo, até do próprio comer, dormir, cuidado de si e dos outros... pois, tudo leva a viver de forma mais harmoniosa. Empenhou-se na busca de vida digna para ela e todas as pessoas que estavam ao seu redor. De família muito pobre vai aprendendo que o verdadeiro amor consiste em viver a fé, a honestidade, a verdade e que a vida é o maior bem que temos e que compete a cada um/a buscar o melhor, em primeiro lugar para si mesmo e levar esse bem a outras pessoas. Como toda mulher austríaca, após ficar órfã de pai e mãe, vai em busca de uma profissão com o objetivo de ganhar a vida honradamente e com dignidade. Em 1840 Bárbara e Maria, sua irmã, vão ao centro de Viena e se hospedam na casa de Dona Ana onde aprendem costura e trabalhos manuais femininos.

Convivendo no centro da cidade, Bárbara percebe a realidade de muitas jovens que vinham do interior para morar na cidade com o objetivo de trabalhar e estudar e, por não acharem emprego acabavam caindo na prostituição. Sensibilizada com esta realidade, Bárbara aluga um prédio e acolhe estas jovens para protegê-las de tal situação, e ali ensina as mesmas uma profissão a fim de ganharem a vida dignamente. Assume na sua vida o mesmo projeto de Jesus Cristo que diz: “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância.” (Jo 10,10). Assim como Jesus foi ao encontro dos pobres, doentes, excluídos, Bárbara também busca incluir a todos no seu projeto, como forma de proteger e defender a vida.

Ter vida em abundância significa ter direitos garantidos, isto é: moradia, educação, lazer, trabalho, saúde conforme afirma o Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 7º “A criança e o adolescente tem o direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

Defender e proteger a vida significa defender e proteger os direitos de cada pessoa, bem como defender o meio ambiente, pois necessitamos dele para



Sociedade Educação e Caridade – SEC – Detentora do CEBAS

Irmãs do Imaculado Coração de Maria

Rua André Puento, 460 – Independência – 90035-150 – Porto Alegre – RS

www.redeicm.org.br

viver com mais dignidade. Em toda sua vida Bárbara sempre teve muita clareza disso. Buscava atender cada pessoa na sua especificidade e oferecer que havia de melhor para ter uma vida mais saudável capacitando-a para enfrentar a vida de forma autêntica e honesta. Oferecia uma formação integral, formando sujeitos e protagonistas de sua própria história. “Serão instruídas na música, canto, desenho, línguas e trabalhos manuais. As que desejarem receberão lições para aprenderem a ler, escrever e fazer contas... enfim, tudo o que sirva, depois para ganhar a vida honradamente” (Bárbara Maix, 1858).

A vida é um direito de todos e deve ser respeitada, respeitando o modo de ser e de viver de cada pessoa, cultura, povos, raça, cor, etnia, gênero. Cada um/a de nós é responsável pela vida quer seja ela humana, bem como, a vida do meio ambiente. Devemos buscar formas de sustentabilidade e preservação de todos os seres vivos. Tudo deve estar interligado numa relação de reciprocidade e harmonia, buscando defender e promover a vida em todos os sentidos.

Questões norteadoras do eixo:

1. De que forma estamos colaborando para proteger e defender a vida humana e do meio ambiente?
2. Com preservamos a dignidade humana?
3. Que alternativas temos para desenvolver um ambiente sustentável e preservação da vida?

1.3.2.2 Protagonismo e Participação

Ementa: Ao tratar do Tema Protagonismo e Participação, relacionado a Crianças e Adolescentes é preciso resgatar alguns aspectos da linha histórica que decorrem da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 marcou o processo democrático brasileiro consolidando as lutas sociais por liberdade e cidadania.

Hoje, quando se debate a necessidade de resgatar os procedimentos e instâncias do Estado brasileiro, no que se refere à participação social cidadã é preciso compreender que “Participação é um direito humano de crianças e adolescentes”.

Entende-se a participação como a liberdade de falar e ser levado em conta; portanto, a garantia da participação da criança e do adolescente deve ser compreendida na perspectiva do direito à liberdade de expressão e de ser ouvido

Sociedade Educação e Caridade – SEC – Detentora do CEBAS

Irmãs do Imaculado Coração de Maria

Rua André Puento, 460 – Independência – 90035-150 – Porto Alegre – RS

www.redeicm.org.br



nos diferentes âmbitos: família, escola, políticas, sistema de justiça, espaços de participação social, entre outros, não devendo sofrer nenhuma pressão ou coação.

Segundo José Carlos Sturza de Moraes, “Quando pequenos (as), enquanto brincamos realizamos trabalhos corporais, vamos nos desenvolvendo e aprendendo sobre o mundo à nossa volta. Estudamos em casa, quando aprendemos a andar, a falar e as primeiras regras de convivência. Estudamos também nas primeiras brincadeiras e em outras trocas sociais. Pois para aprender as regras, os ‘como se faz?’ e os ‘por que é assim?’, necessitamos estudar, mesmo sem ainda saber que isso é estudar. Quando olhamos, prestando atenção aos jeitos de fazer as coisas, aos erros e acertos de outras pessoas ou quando captamos orientações e refletimos, estamos estudando. E participar? Participar é outro trabalho humano”.

Apesar dos recentes avanços, o Brasil ainda precisa refletir sobre essa participação, buscando construir metodologias inovadoras que tenham capilaridade nos mais diversos espaços, sejam capazes de abarcar a diversidade que esse público nos apresenta e possam contribuir, de fato, para a transformação social e a mudança na cultura política. Dessa forma, é fundamental que as linhas de ação concentrem esforços na promoção da proteção integral às crianças e aos adolescentes para garantir a participação ativa infanto-juvenil na luta pelos direitos humanos.

Mais recentemente, a partir dos primeiros anos do século XXI, o governo federal passou a estimular a participação da sociedade civil em diversos processos que possibilitaram avanços, especialmente em relação aos direitos do cidadão. A Política Nacional de Participação Social vem contribuir para efetivar a participação social como um método de governo, instituindo diretrizes específicas sobre cada um dos canais de interação entre Estado e sociedade.

A Política Nacional de Participação Social (PNPS) é o conjunto de conceitos e diretrizes relativos às instâncias e mecanismos criados para possibilitar o diálogo, a aprendizagem e o compartilhamento de decisões entre o governo federal e a sociedade civil.

Através desse tema, espera-se identificar as ações necessárias para garantir que crianças e adolescentes possam participar das discussões e deliberações de Políticas Públicas nas esferas municipais, estaduais, distrital e nacional. Esse debate abrange questões sobre o direito à participação e envolve



temas como liberdade de expressão, utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, além da garantia de que as especificidades culturais e identitárias dos diferentes segmentos sejam consideradas nos espaços participativos.

Também se deseja promover o debate sobre o processo que desencadeia o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das Políticas Públicas.

Diante das questões apontadas muito resumidamente, espera-se que os debates resultem em propostas que sejam capazes de promover o fortalecimento do protagonismo de crianças e adolescentes, a partir das Políticas Públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Questões norteadoras do eixo:

1. O que fazer para garantir participação e protagonismo de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de Políticas Públicas, considerando as esferas municipais, estaduais, distrital e nacional?
2. O que fazer para garantir a liberdade de expressão de crianças e adolescentes, assegurando a proteção integral?
3. O que fazer para potencializar a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação como estratégia de ampliação da participação de crianças e adolescentes?
4. O que fazer para garantir que as especificidades culturais e identitárias dos diferentes segmentos sejam consideradas nos diversos espaços?

1.3.2.3 Acesso, Defesa e Garantia de Direitos.

Ementa: A Constituição de 1988 trouxe o reconhecimento claro da cidadania de crianças e adolescentes, fazendo incorporar, para além da lei, um novo sentido ético de inspiração nos direitos humanos. É o que se denomina de doutrina da proteção integral.

Logo em seguida, em 1990, impulsionado pelas mesmas lutas que levaram ao início da redemocratização do país e da nova Constituição, veio à construção e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que criou um conjunto de ferramentas indispensáveis para a consolidação desta nova cidadania infanto-juvenil.

Sociedade Educação e Caridade – SEC – Detentora do CEBAS
Irmãs do Imaculado Coração de Maria
Rua André Puento, 460 – Independência – 90035-150 – Porto Alegre – RS
www.redeicm.org.br



Outro reconhecimento foi o da Assistência Social sob a ótica do direito e representa uma importante conquista da sociedade brasileira demarcando um novo capítulo no campo dos direitos sociais. Com a Assistência Social orientada sob o paradigma do direito e da cidadania, a seguridade social, tradicionalmente direcionada aos trabalhadores inscritos no mercado formal de trabalho, alarga-se, alcançando pessoas e grupos sociais historicamente excluídos da proteção social pública estatal. Assistência Social é para quem dela precisar, de forma planejada, permanente, contínua e gratuita.

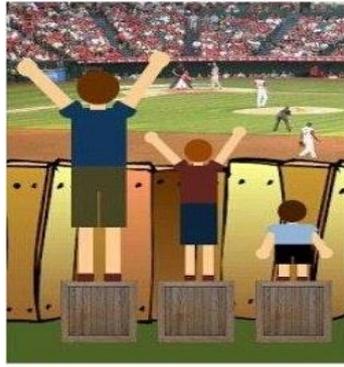
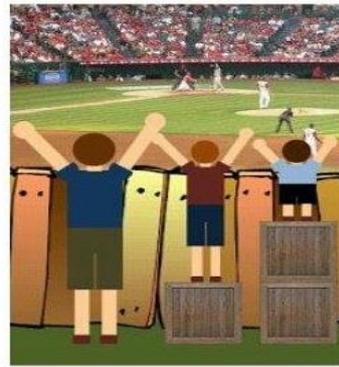
A convivência social requer ferramentas que venham a proteger direitos e promover a harmoniosa convivência entre os indivíduos em uma coletividade. A luta pela construção de uma sociedade justa e igualitária vem sendo buscada em diferentes frentes e de diversas formas para se garantir e ampliar direitos.

“No processo de organização das Políticas Públicas, atores públicos, compreendidos como os gestores públicos, juízes, burocratas, políticos e outras instituições do Governo, referem-se aos que de fato podem decidir sobre o encaminhamento das políticas. Atores privados, por exemplo, consumidores, empresários, trabalhadores, corporações, centrais sindicais, mídia, entidades do terceiro setor, dentre outros, são aqueles que têm poder para direcionar a formatação das políticas e exercer influências sobre os agentes públicos”.

Dessa forma a concepção de cidadania articula direitos amplos, universais e equânimes, orientados pela perspectiva de superação das desigualdades sociais e pela igualdade de condições que deve incluir todos os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal (educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência e assistência social) de modo a conformar um amplo sistema de proteção social, que possa garantir mudanças efetivas nas perversas condições de vida da população.

Logo, para que haja o acesso, a defesa e a garantia de direitos pressupõe-se que haja conhecimento sobre o processo histórico das várias transformações sociais pela qual a sociedade brasileira passou, bem como a compreensão de que, somente através da participação é possível se apropriar das inúmeras questões culturais, políticas, sociais e econômicas que influenciam nas tomadas de decisões coletivas que direcionam a sociedade.



**IGUALDADE****EQUIDADE**

Questões norteadoras do eixo:

1. O que é política?
2. Como são definidas as Políticas Públicas?
3. De que maneira as Políticas Públicas permeiam a sociedade?
4. O que é Estado?
5. Qual o papel do governo?
6. Qual o nosso papel enquanto sujeitos de direitos?

1.3.2.4 Projeto de Bárbara Maix - Valores Humanos

Ementa: Bárbara Maix, jovem Austríaca, de família pobre, operaria, órfã aos 15 anos, obrigou-se assumir a vida e o sustento com sua Irmã Maria. Realizou o curso de Modista e com o fruto do trabalho proviam a sustentabilidade.

A sensibilidade com a situação de muitas jovens vindas do interior para a cidade, a maioria de serviços domésticos, desempregadas, em busca de trabalho, no momento em que a industrialização de Viena crescia e necessitava de mão de obra qualificada, frente aos graves problemas de ordem política e religiosa.

Havia muitas jovens expostas à vida na rua, ou vítimas da prostituição em pensões chamadas “alcovas”, onde as empregadas e desempregadas sofriam várias formas de exploração. Bárbara fundou uma pensão, onde passou a acolher jovens, oferecendo cuidados para o espírito e o corpo. Proporcionou às jovens admitidas, boa ocupação “trabalho de agulha, artesanato, boas maneiras, educação religiosa e oportunizou estudar música, canto, desenho, ler, escrever fazer contas... a fim de ganhar a vida honradamente”.



Bárbara foi violentamente perseguida, pelos liberais, a pensão foi invadida e desbaratada, passou uma noite na cadeia. As moças buscam refúgio com amigos.

Mais tarde, Bárbara, conseguiu restaurar-se e convidou as companheiras para uma nova experiência de vida na América do Norte. Após longa espera consegue apenas navio para o Brasil, vendo isso a Vontade de Deus.

Após 58 dias de viagem chegaram ao Brasil e uma companheira escreve: “Chegamos ao Rio de Janeiro sem conhecer ninguém, sem dinheiro, sem saber a língua, com fome, mas muita confiança em Deus”.

Acolhida no convento da Ajuda “Irmãs Concepcionistas”, no Rio de Janeiro, em 09 de novembro de 1848, e no dia 08 de maio de 1849 funda a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. Progressivamente lhes eram confiadas Orfanatos, Creches, Asilos, Escolas para exercerem atividades educativas – formativas.

Bárbara acolhia crianças e jovens, mas zelava para que tudo na casa estivesse preparado de acordo com o número de pessoas e proporcionar-lhes uma educação diferenciada. Profeticamente dialogou com a Diretoria do Orfanato de Pelotas.

Em Bárbara estava gravada a responsabilidade social: ouviu e inclinou-se sobre as necessidades do pobre, das jovens e crianças em Viena e no Brasil, dedicando aos indefesos, marginalizados, os rejeitados na “Roda da Santa Casa de Misericórdia”. Porto Alegre, RS.

Bárbara exerce o projeto de missão orientada pela fé pela bondade do seu coração e na busca da salvação das pessoas, proporcionando a cada uma viver com dignidade e oferecendo condições para que uma formação integral de modo a ganhar a vida honradamente.

Realiza suas obrigações com prontidão. Submete-se às solicitações de Deus e age conforme a vontade de Deus. Buscava inspiração em modelos fortes de liderança como o Coração de Maria, Jesus Crucificado e a Santíssima Trindade.

O centro do seu Projeto de Missão que foi objetivo principal da Obra de Deus e frente a Ele agia e reagia sem perder a finalidade da Obra. Mantinha sintonia com a Vontade de Deus e gerenciava o Projeto Congregacional com Coragem e otimismo.



Foi hábil em despertar o desejo de Deus em todos os que encontravam no caminho. Durante toda a sua vida demonstrou excepcional zelo apostólico na educação religiosa das crianças especialmente as mais necessitadas. Carregava o peso da missão com consciência desperta, suportava os sofrimentos com coragem, confiança, atitudes básicas da liderança de Bárbara Maix no governo da Congregação. Traduzia na prática o que acreditava, semeando bênção por onde passava.

A oração, a reflexão da Palavra de Deus e a celebração da Eucaristia, eram-lhe fontes de inspiração para orientar as Irmãs, a vida da comunidade, a educação das crianças e adolescentes e sustentar a relação com autoridades. Conformava suas escolhas segundo o desejo de Deus e as confiava mediante diálogo com Deus, no momento da comunhão eucarística.

Cultivava um coração de mãe, irmã e amiga, incendiado pelo amor de Deus. Fazia-se ponto de união e estreitamento de laços afetivos entre Irmãs, entre elas e com todas as pessoas conhecidas num envolvimento de amor de todos por todos. Tinha capacidade de comungar com os desejos e sofrimentos dos outros. Distingue-se pela predileção por quem a perseguia e a caluniava. O perdão foi seu dom e sua herança.

Bárbara tinha consciência clara de sua missão, intimidade com Deus e cumpria a vontade de Deus. Conhecia a realidade e primava por uma formação humana e espiritual das Irmãs e meninas. Seu principal objetivo era proporcionar as Irmãs e meninas uma formação integral a fim de que pudessem conceber e gestar a própria vida e obra como um processo educativo baseado nos valores de convivência humana e de ação evangelizadora, sobretudo com pobres e necessitados. “Assim procurarão, deveras, ensinar as crianças e jovens, não só os conhecimentos humanos (...) senão, também formar seu coração pelos sentimentos religiosos, honestos e humildes” (Bárbara Maix, 1857).

Destaca-se, de Bárbara, a dimensão da solidariedade e do cuidado com a vida do ser humano e de toda a criação. Promoveu intensas atividades em defesa da vida: formação integral para crianças e jovens de orfanatos, internatos; cuidou dos feridos da guerra do Paraguai; não aceitava o trabalho escravo em suas obras. Jamais perdeu de vista o seu ideal: procurou defender a vida que estava ameaçada; socorrer os pobres nas mais diferentes pobreza; socorrer os doentes e feridos da guerra; confiar todas as necessidades a Deus.



Ainda hoje, continua a nos inspirar sentimentos e atitudes de justiça, compaixão, solidariedade e partilha, assumindo os pobres mediante projetos, que proporcionam formação, cultura, compreensão da vida, oficinas de trabalhos para ganhar a vida com dignidade.

Questões Norteadoras do Eixo:

1. Quais os valores de Bárbara que alicerçaram o trabalho social da Congregação?
2. Como assumimos os valores deixados por Bárbara em nossas atividades e serviços?
3. Como você se identifica na continuidade da construção do projeto de Bárbara?

CAPITULO II

2. DOS PARTICIPANTES:

2.1 Nas Unidades Socioassistenciais: Serão considerados participantes todas as crianças e adolescentes, usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, das Unidades Socioassistenciais da Rede ICM de Assistência Social.

2.2 Na Conferência de Adolescentes da Rede ICM de Assistência Social: Serão considerados participantes os adolescentes entre 12 e 17 anos e 11 meses eleito-escolhidos (critérios próprios de cada Unidade), entre os próprios adolescentes nas Unidades Socioassistenciais.

Deverão participar 08 adolescentes acompanhados por dois educadores de cada Unidade Socioassistencial.



CAPITULO III

AÇÕES PREPARATÓRIAS, FORMATO E METODOLOGIA

As Unidades Socioassistenciais deverão organizar, de acordo com suas dinâmicas e realidades, a realização de estudo, reflexão e debate sobre o tema e eixos norteadores, apresentados nesse documento orientador, de maneira que sejam organizados grupos por cada eixo e cuja adesão seja pelo interesse espontâneo de cada participante.

É muito importante que a compreensão sobre o tema e eixos propostos desencadeie a construção dos nexos entre a realidade social vivida pelos usuários e a perspectivas dos projetos de vidas que são pensados, sonhados ou ainda estejam adormecidos.

Já a possibilidade de pensar, dialogar, imaginar, idealizar a realidade vivenciada por cada participante, por si só já contribui e muito para a tomada de consciência crítica a cerca das questões sociais que estão implicadas na vida cotidiana de cada um.

A partir da dinâmica de leitura, reflexão e debate do material apresentado como parâmetro de trabalho, deverão ser registrados todos os momentos realizados para o cumprimento da atividade.

De cada grupo deverão sair no mínimo três e no máximo cinco ações ou propostas de melhorias para a própria Rede ICM (RS, SP, RJ), Unidade, Território (Município).

Após essa etapa, em outro momento na sequência, as ações e ou propostas deverão ser partilhadas no grande grupo, através de uma grande assembleia, onde deverá ocorrer uma explanação geral do tema e dos eixos norteadores, bem como a apresentação de cada grupo com as conclusões e propostas deliberadas.

Ainda em tempo, as propostas poderão ser alinhadas ou adequadas com a contribuição do grande grupo.

Finalizadas as propostas, as mesmas deverão ser registradas e enviadas para a área de Assistência Social, a fim de serem sistematizadas para a Conferência. Enviar, no máximo, até 30 de maio de 2020.

Tudo que ocorrer para desenvolver essa atividade, deve ser documentado formalmente e finalizar com a elaboração de um relatório onde conste como cada etapa foi feita.



Esse mesmo formato metodológico será preparado e operacionalizado nos dias 30 e 31 de julho de 2020, quando será realizada a Grande Conferência onde igualmente ao processo realizado em cada Unidade serão divididos os grupos por eixo e por adesão, com a participação dos adolescentes.

Os participantes de cada eixo receberão as propostas sistematizadas e poderão realizar a leitura, reflexão e debate sobre as mesmas, também elegendo no mínimo três e no máximo cinco propostas a serem apresentada no grande grupo posteriormente.

Para que haja organização e sistematização da participação propomos que cada Unidade indique seus facilitadores, que juntamente com os coordenadores e relatores de cada grupo de trabalho, terão as seguintes competências:

Facilitador: requer realizar a acolhida do grupo, auxiliar na escolha do(a) Coordenador(a) e do(a) Relator(a), apresentar a proposta de trabalho, mediar as discussões para a construção das propostas no grupo e auxiliar na sistematização do relatório.

Coordenador: cabe orientar os trabalhos no que tange ao cumprimento dos prazos e horários estabelecidos, provocar o debate entre os participantes, oportunizando a participação de todos e manter a discussão em torno do tema proposto.

Relator: deve sistematizar as conclusões do grupo de trabalho, em ordem de prioridade, e repassá-las, nos prazos previstos na programação ao grupo de sistematização.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Nos dias 30 e 31 de julho de 2020 ocorrerá, em Lajeado, a I Conferência de Adolescentes da Rede ICM de Assistência Social e a participação de cada Unidade Socioassistencial deverá ocorrer de acordo com orientações posteriormente enviadas (deslocamento, hospedagem, alimentação, horários, programação, espiritualidade, noite cultural e outros).



REFERÊNCIAS:

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2005.

CONANDA. Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011 – 2020. Documento Preliminar. Brasília. Outubro 2010.

Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/PoliticaPlanoDecenal_ConsultaPublica.pdf.

CONANDA. Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011 – 2020. Documento Preliminar. Brasília. Outubro 2010.

Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/PoliticaPlanoDecenal_ConsultaPublica.pdf.

COSTA, Irmã Carla. Bárbara Maix: da Áustria ao Brasil. Porto Alegre, Editora Padre Reus, 2010.

CORRESPONDÊNCIA de Madre Bárbara da Santíssima Trindade. 2008.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

FRANCISCO. Carta Encíclica do Sumo Pontífice. Laudato Si – Louvado Sejas. Sobre o cuidado da casa comum. Documentos do Magistério. Editora Paulus e Edições Loyola, 2015.

GUIA participação cidadã dos adolescentes: juntos pela redução das desigualdades nas grandes cidades. Plataforma dos Centros Urbanos. UNICEF, Edição 2013-2016.

ORIENTAÇÕES temáticas e organizativas para as conferências municipais de Assistência Social de 2017.

TEXTO BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2019. Fraternidade e Políticas Públicas. CNBB.



Sociedade Educação e Caridade – SEC – Detentora do CEBAS

Irmãs do Imaculado Coração de Maria

Rua André Puento, 460 – Independência – 90035-150 – Porto Alegre – RS

www.redeicm.org.br

ANEXO I – CRONOGRAMA

- ✓ Agosto/2019 - encaminhamento das orientações às Unidades
- ✓ Março a maio de 2020 - Período de realização das atividades em cada Unidade Socioassistencial;
- ✓ Dia 30 de maio de 2020 - Data de envio das sistematizações e nome dos representantes de cada unidade, para a área de Assistência Social da Rede ICM para o e-mail social@icm-sec.org.br – Irmã Maria Bernardete Macarini.
- ✓ Junho de 2020 – elaboração do relatório de sistematização pelo Comitê.
- ✓ Dias 30 e 31 de julho de 2020 - datas da Conferência em Lajeado/RS.

Equipe de elaboração: Comitê de Assistência Social

Irmã Dalia Löff
Irmã Josefa Pikua
Irmã Maria Bernardete Macarini
Irmã Maria Luiza Martinelli
Simone Maria Pedott Romanenco



Sociedade Educação e Caridade – SEC – Detentora do CEBAS
Irmãs do Imaculado Coração de Maria
Rua André Punte, 460 – Independência – 90035-150 – Porto Alegre – RS
www.redeicm.org.br